



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Controladoria Geral do Estado**  
**Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público**

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 050/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2023/00037 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Educação

**UNIDADE:** Diretoria de Ensino de São Carlos

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso ao acordo firmando entre a Secretaria da Segurança Pública e Secretaria Estadual da Educação acerca de cessão exclusiva de imagens do videomonitoramento realizado nas unidades escolares à Polícia Civil e Militar. Demanda parcialmente atendida. Provimento negado.

**DECISÃO CODUSP/LAI Nº 050/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Educação, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em recurso o órgão forneceu cópia do termo de adesão firmado entre a Secretaria de Educação e o Centro de Operações Integradas. Insatisfeita, a solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o órgão fez esclarecimentos complementares a respeito da restrição de acesso às imagens das câmeras de segurança.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que o ente atendeu adequadamente o pedido do interessado ao enviar cópia da documentação que dispunha, oportunidade em que esclareceu os motivos do não atendimento integral da solicitação, nos termos da legislação vigente que dispõe sobre acesso à informação.
5. Considerando que o ente atendeu adequadamente a demanda e indicou as razões de fato para a recusa parcial do pedido, fundamentado na legislação vigente que trata da matéria, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, nos termos do disposto no artigo 11, §1º, II, e artigo 31, ambos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI), ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 23 de janeiro de 2023.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 23/01/2023 às 16:27:38.

CGEDES20230116A

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público